

RESENHAS

Recebido em 8 de março de 2020
Aprovado em 15 de abril de 2020

DEL PRIORE, Mary. D. Maria I:
as perdas e as glória da rainha que entrou
para a história como “a louca”.
São Paulo: Benvirá, 2019, 224 p.
ISBN: 978-85-5717-316-3

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.34065>

Marcelo Módolo

Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6).

E-mail: modolo@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

Helena de Oliveira Belleza Negro

Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (2007). É mestre (2010) e doutora (2017) em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Atualmente é professora de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Comunicação e Expressão no Centro Universitário UniSant’Anna.

E-mail: helenaoliveiranegro@gmail.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8633-7194>

Nathalia Reis Fernandes

Doutora (2017) e Mestre (2012) em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Abordagem Integrativa Transpessoal pela Associação Luso-brasileira Transpessoal (2016). Especialista em Direito da Responsabilidade Civil pela Fundação Getúlio Vargas (2006). Graduada em Letras (2010) e em Direito (2001) pela Universidade de São Paulo.

E-mail: nathlet@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1862-7835>

Narayan Pereira Porto

Mestra na área de Filologia Portuguesa e graduada em Letras, nas habilitações de Português e Inglês pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

E-mail: narayan_porto@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9984-8017>

Fábio Garcia Dias

Professor da Rede Escolar Sesi, São Caetano do Sul, SP, Brasil. Bacharel em História e Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Fundação Santo André e mestrando em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E-mail: fabiogdias@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9049-028X>



A autora Mary del Priore é historiadora e escritora. Já publicou 48 livros e venceu mais de 20 prêmios literários nacionais e internacionais, como Jabuti, Casa Grande & Senzala e APCA. Pós-doutorada na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, é membro de instituições como a Academia Carioca de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o PEN Clube do Brasil e o PEN International. É ex-professora de História da USP e da PUC-RJ e colaboradora de jornais e revistas científicos e não científicos, nacionais e estrangeiros. Possui um site pessoal, <www.marydelpriore.com.br>.

O livro *D. Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"* faz parte de um projeto maior da historiadora de escrever sobre as mulheres ligadas a D. Pedro II que, de alguma forma, foram descritas de forma simplista, estereotipada e – por que não – preconceituosa pela historiografia tradicional brasileira. Segundo a autora (2019, *apud* Brant, 2019):

A imagem que ficou deles (família real) foi obra dos republicanos, tanto em Portugal quanto no Brasil. Queriam enxovalhar a família imperial. Por isso, essas figuras acabaram tão ridicularizadas. Ainda sabemos muito pouco sobre elas, mas à medida que documentações e arquivos vão sendo descobertos, constatamos que essas pessoas realmente tiveram grande importância na nossa história.

A obra constitui-se de nove capítulos, encarte com imagens e árvore genealógica dos Bragança, referências e agradecimentos. Detalhadamente, os capítulos são assim intitulados de 1) “Era uma vez...”, 2) “De princesa a rainha, num castelo de ... madeira”, 3) “A mão que batia e abençoava”, 4) “Os prazeres e os dias dos reis”, 5) “Nossa senhora das dores”, 6) “Tempo de lágrimas e expiação”, 7) “Com o Diabo no corpo”, 8) “Morrer para não morrer” e 9) “Venha, morte, venha...” .

A narrativa procura construir a imagem de Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança como uma monarca extremamente capaz e muito religiosa, fazendo jus a uma personagem que merece lugar de destaque na historiografia brasileira e portuguesa. Os capítulos abordam desde sua infância em Portugal, passando por sua devoção ao catolicismo, sua coroação como a primeira rainha portuguesa, as desavenças com o marquês de Pombal, os primeiros sintomas de sua doença, até sua morte em 1816, aqui no Brasil, para onde se mudou em 1808. Escrito de maneira fluida – seguindo características do trabalho de divulgação da autora, às vezes anedótico e pouco analítico – o conjunto congrua a imagem de D. Maria I como fruto de enorme depressão causada por várias mortes e perdas a seu redor (morte da avó, julgamento dos Távora, execução do

jesuíta Gabriel Malagrida, tentativa de regicídio do pai, entre outros acontecimentos fatídicos), que a mergulharam em um luto sem fim e acabaram por tirá-la do trono em 1792. O olhar da medicina e dos costumes da época para seu estado psicológico foi o que lhe rendeu o epíteto popular de “a louca”.

O mais interessante desse trabalho, como bem diz Del Priore (2019, p. 167), é que “(...) entrar no mundo delas (dessas mulheres) é entrar em outro mundo.”, ou seja, é vivenciar uma época da qual a personagem em tela é fruto, como ela se formou, como ela é descrita. Naturalmente, a autora integra-se dessa forma na questão tão em voga do empoderamento feminino, da qual o livro também se torna uma bandeira.

Com esse intuito – qual seja, a biografia como relato historiográfico de uma época, não só de uma personagem – gostaríamos de destacar para esta análise a religiosidade de Maria I e de seu reino, bem como os mecanismos para sua regulação na América Portuguesa: a Companhia de Jesus e a Inquisição. Dada a pluralidade historiográfica que o volume nos oferece, circunscrever-nos-emos a esses dois mecanismos.

Esse complexo de fenômenos religiosos foi uma das chaves do que chamam de primeira modernidade, entre os séculos XV e XVII, sendo Maria I caudatária de todo esse movimento. As sociedades de então eram profundamente religiosas e regiam-se por poderes que impulsionaram políticas confessionais com o fim de realizar projetos político-religiosos. Mas todo esse processo decorreu em um contexto de profundo e violento conflito. Nesse sentido, a Inquisição e a Companhia de Jesus foram instituições com um alto grau de protagonismo, mas com representações distintas na América Portuguesa. A elas foi confiada, em boa medida, a expansão e defesa da Igreja Católica. Os jesuítas, devotando-se à missão de converter os não-católicos, com a catequese dos indígenas, traduções de textos religiosos para a língua geral, além de outras ações educativas. Os inquisidores, empenhando-se na eliminação do erro doutrinal pela aplicação do direito punitivo e da repressão, administrando as fórmulas necessárias para reconciliar o herege com a Igreja e, em casos extremos, fazendo uso do fogo purificador.

Duas instituições, portanto, com procedimentos e objetivos próprios para conseguir um fim comum. Não é estranho que na sua larga história houvesse ocasião para a concertação e coordenação de esforços, como nos explicam Franco e Tavares (2007). Em momentos futuros, no entanto, os caminhos da Inquisição e da Companhia tomariam rumos diferentes segundo esses autores, alguns até contrários em determinadas ocasiões, como os momentos explosivos que ocorreram durante o século XVII, a propósito do problema dos cristãos-novos.

Com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas – realizada em 1759, pelo secretário de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), desafeto da futura rainha –, a Inquisição e sacerdotes encarregados de cuidar da pregação da boa fé cristã em solo americano são

menos impulsionados a perquirir rituais e outras manifestações que iam contra os preceitos católicos. É certo que os jesuítas se impuseram nos maiores centros, com homens preparados intelectual e espiritualmente, enviando para o Brasil seus melhores quadros. Sua expulsão abre uma imensa lacuna no campo da educação, na assistência religiosa, no trabalho com os indígenas, lacuna que nenhuma instituição religiosa presente na América Portuguesa estava em condições de preencher.

Com a saída dos jesuítas, entram em cena os franciscanos impulsionados por Carvalho e Melo. Em relação aos indígenas, prioritariamente, a influência religiosa parece ser mais relativizada e, em consequência, a perseguição da Igreja a um catolicismo torto que se praticava em terras sul-americanas ao qual se incorporavam rituais de curandeirismo e benzedura.

Todo o processo de colonização das terras portuguesas na América estava integrado com o momento da Contrarreforma e, assim sendo, tem a preocupação em catequizar os nativos. Tal catequese, contudo, não apaga as tradições e costumes que a gente da terra construiu coletivamente, estabelecendo um hibridismo entre as tradições dos povos dominados com as tradições impostas pelos povos colonizadores. Da mesma forma, as frequentes ondas de negros escravizados para suprir a necessidade de mão de obra trouxeram consigo um outro conjunto de tradições religiosas que se mesclaram nesse caldeirão cultural da Colônia, estabelecendo um choque entre o catolicismo do colonizador e o colonizado, que se explicita com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil durante a expansão napoleônica.

Certamente, a ação do futuro Marquês de Pombal – que em princípio pretendia eliminar a aristocracia portuguesa, ligada aos jesuítas, a qual resistia às mudanças políticas e econômicas de seu projeto reformista, ainda durante o reinado de D. José I – freou uma conduta que já durava duzentos anos na América Portuguesa, na relação dos clérigos com os gentios. Em relação a esse ponto, Freyre (2003, p. 214-215) hipotetiza com perspicácia o que poderiam ter sido duzentos anos sob a conduta educativa e religiosa dos franciscanos:

Um entusiasta da Ordem Seráfica poderia sustentar a tese: o missionário ideal para um povo comunista nas tendências e rebelde no ensino intelectual como o indígena teria sido o franciscano. Pelo menos o franciscano em teoria; inimigo do intelectualismo; inimigo do mercantilismo; lírico na sua simplicidade; amigo das artes manuais e das pequenas indústrias; e quase animista e totemista na sua relação com a Natureza, com a vida animal e vegetal.

Apesar da antipatia de Maria I e do povo português por Pombal, morto em 1782, os jesuítas só regressaram a Portugal em 1829, por intermédio do rei D. Miguel.

Dessa forma, a Inquisição portuguesa não teve a parceria almejada durante a segunda metade do século XVIII em terras da América Portuguesa. Na medida do possível, nomeavam clérigos que

seriam os responsáveis pelo controle dos hábitos e costumes na colônia portuguesa, cujo objetivo principal era exterminar toda prática adversa ao catolicismo. Não só os padres eram orientados a observar o comportamento dos fiéis; além deles, qualquer pessoa poderia acusar outra, inclusive anonimamente, o que propiciava a vingança entre vizinhos ou parentes em decorrência de desavenças cotidianas. Havia também os familiares do Santo Ofício que, de acordo com Fernandes (2014, p. 144), eram homens leigos e de influência, cuja função era colher denúncias, investigar, confiscar os bens e prender. Havia uma lista preparada pela Igreja na qual constavam os que eram considerados crimes de heresia, dentre os quais se incluíam feitiçaria, práticas judaicas, bigamia, adultério, sodomia, entre outros. Esses crimes também eram validados pela ordem jurídica secular, especialmente nas Ordenações Filipinas, o compêndio legal vigente no Brasil, na parte criminal, até meados do século XIX.

Pela recuperação de processos históricos de grande relevo, a partir da biografia de D. Maria I, o livro pode ter-se, assim, por bastante instigante.

Já a parte formal deixa a desejar. Mesmo para um trabalho de divulgação, a norma culta deveria ser seguida a contento, a fim de evitar gralhas e sintaxe trôpega. A título de exemplo, citamos:

(1) Uso de verbo pronominal de forma incorreta: “O do pai, d. José, dava para o Terreiro do Paço, onde se corriam os touros.” (p. 14)

“Correr-se” significa “envergonhar-se”, como no exemplo de Aulete (2020): “Nunca *se correu* de ser nosso amigo e de nos tratar como seus iguais”. Outro significado seria “espalhar-se; circular; dizer-se”. Ambos os sentidos parecem não se justificar no contexto utilizado.

(2) Indevido, igualmente, pareceu-nos o uso abreviado da palavra Dom, em caixa baixa nesse exemplo e no correr do texto, sendo que a boa tradição prega o uso em maiúscula, com ponto: “D.”, como afirma Bechara (2019, p. 182).

Correspondentemente, mas igualmente de forma equivocada, o título de Dona é mantido em caixa-baixa ao longo do livro: “O ano de 1754 foi particularmente triste para a princesa em razão da morte de sua avó paterna, d. Maria Ana de Áustria.” (p. 35)

(3) Falta de alguns paralelismos sintáticos, como em: “Um Jardim da Rainha convidava aos passeios e brincadeiras.” (p. 15), sendo que a boa tradição recomendaria “Um Jardim da Rainha convidava aos passeios e às brincadeiras”.

(4) Marcação de futuridade com o verbo “ir” de forma prefixal, ainda não aceita pela gramática padrão, como em: “Afinal, sem enterro, eles se tornariam almas errantes. Iam transmutar-se em espíritos das tempestades. Conheceriam o inferno antes do fim do mundo. Assombrariam os vivos.” (p. 37). A autora não emprega a forma “Transmutar-se-iam”, mas, curiosamente, utiliza-se do

emprego padrão do futuro do pretérito em sentenças subsequentes nesse período: “Conheceriam” e “Assombrariam”.

(5) Há deslizos ainda no aportuguesamento de topônimos estrangeiros, como: “E os que quisessem seguir medicina podiam estudar nas universidades de Londres, Edimburgo ou Copenhagen.” (p. 81) A forma “Copenhagen” não se encontra abonada, mas sim “Copenhague”.

(6) Há falta de precisão e clareza no trecho seguinte: “Nos últimos três dias do entrudo, os chamados ‘dias gordos’, o casal acompanhava de longe as senhoras que, das janelas, munidas de cartuchos de talco ou de bexigas de goma elástica, seringas, garrafas, potes e cântaros, despejam água sobre quem passasse na rua.” (p. 94). O paralelismo sintático feito pela coordenativa “ou” entre cartuchos de talco e bexigas de goma elástica (será que bexigas de goma elástica também serviriam para pôr talco?) não se coaduna com a conjunção aditiva entre “potes” e “cântaros”. Presume-se uma alternância ou uma adição de possibilidades?

(7) Letra “o” sobressalente em: “A Capela Real foi ornada com todo o luxo o possível, (...)” (p. 171) já que o correto seria “A Capela Real foi ornada com todo o luxo possível, (...)”.

(8) Falta de vírgula no longo adjunto adverbial que encabeça a sentença: “Somente no dia 29 de março um devastado d. João apareceu em público, (...)” (p. 190) ficaria melhor como “Somente no dia 29 de março, um devastado d. João apareceu em público, (...)”

A falta de citações e rodapés – que naturalmente favorecem um texto corrido, bom para divulgação historiográfica – tem como contraparte a confusão que pode gerar pela quantidade de nomes homógrafos. Várias marias e pedros, por vezes, fazem com que o leitor fique um tanto aturdido durante a leitura. A árvore “genealógica resumida”, encartada no meio do volume, deveria ser muito ampliada e detalhada. Aliás, nada parece justificar os encartes no meio do livro, entre os capítulos 5 e 6, e não no final do volume, em forma de apêndice.

Sobre a personagem histórica estudada, pode-se ainda dizer que, embora contemporânea das Luzes, Maria I foi espiritual em tudo o que a palavra contivesse de íntimo, doutrina e social. “Foi religiosa a ponto de adoecer”, segundo Del Priore (2019, p. 199).

Maria caminhou entre o mundo racionalizado e burguês do Iluminismo e o mundo espiritualizado e eclesiástico que arrastava as correntes da Reconquista na Península Ibérica. Apreciadora da filosofia burguesa e das artes barrocas, equilibrava-se nesse dualismo entre ser uma rainha, no sentido da palavra, pois – era a real regente, ao invés da consorte real, guiando os caminhos de sua nação –, e a responsável religiosa pela salvação das almas de seus súditos, uma vez que, na Inquisição portuguesa, o inquisidor-mor era o próprio rei (no caso, a rainha).

A culpa pelos pecados de seu pai no Massacre dos Távora, somada à responsabilidade da construção de um mundo novo na América, guiada pela bússola moral da Santa Madre Igreja, contrapunha-se ao conflito interno da corte, que sofria por ver uma mulher no controle da nação; essa mulher arrastou o peso de construir um país moderno sem se desconectar de suas tradições que davam a identidade portuguesa, o que lhe custou o equilíbrio emocional, gerando reflexos em sua habilidade de regente.

É o que nos interessa destacar na leitura do livro: Del Priore possibilita transferir toda a religiosidade do reino português do século XVIII para a América Portuguesa, mostrando a sociedade fruto de duas mentalidades, a medieval e a iluminista que também se digladiavam por aqui.

A riquíssima bibliografia das sétimas últimas páginas do volume permite-nos consultar outras referências mais densas sobre a biografada que poderão contribuir ainda mais para conhecermos o período descrito e a paralela realidade brasileira.

E, como toda e qualquer informação histórica interessa muito à Filologia, uma vez que, mesmo nos dias de hoje, essa ciência ainda está ligada “à produção material e à existência histórica do texto escrito” (CASTRO, 1995, p. 604), é importante, nesse sentido, aprofundar a análise histórica da figura de D. Maria I. A partir disso permite-se uma melhor compreensão do contexto histórico envolvido na documentação colonial brasileira, datada da segunda metade do século XVIII, que vem sendo constantemente analisada pelos autores dessa resenha, integrantes do corpo de pesquisadores do projeto Bruxas Paulistas, da Universidade de São Paulo.

Referências bibliográficas

- AULETE, C. Aulete digital. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Disponível em <<https://bit.ly/34dJT8R>>. Acesso em 5 abr 2020.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2019.
- BRANT, A. C. “Mary del Priore garante: dona Maria I nunca foi louca”. **Suplemento Cultura**, Estado de Minas, 2019. Disponível em <<https://bit.ly/3aKmdeN>>. Acesso em 5 abr 2020.
- CASTRO, I. Filologia. **Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1995.
- FERNANDES, N. **A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- FRANCO, J. E.; TAVARES, C. C. **Jesuítas e Inquisição; cumplicidade e confrontações**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.